

## Despacho – Determinação de Produção de Provas

Processo n.º 1234/2026

Tribunal Judicial do Trabalho de Lisboa

**Autor/Requerente:** José Manuel da Silva, residente em Rua da Boavista, 45-2.º Dto., 1200-066 Lisboa, NIF 123 456 789

**Réu/Requerido:** Empresa XYZ, Lda., pessoa coletiva número 504 321 987, com sede em Avenida da República, 250, 1050-150 Lisboa

**Mandatários:** Dr. António Ribeiro (OA 12345) e Dra. Sofia Carvalho (OA 67890)

**Juíza:** Dr.ª Maria de Lurdes Santos

Lisboa, 12 de maio de 2026

### I. Fundamentação

1. **Procedimento** – Nos termos do disposto no **artigo 357.º e seguintes do Código de Processo Civil**, bem como nos artigos 31.º e 34.º do Regime Jurídico do Trabalho, é admissível a produção de documentos que se revelem essenciais para a formação do convencimento do tribunal.
2. **Pedido de produção** – O reclamante, José Manuel da Silva, requereu a produção, por parte da Empresa XYZ, Lda., dos seguintes documentos, a fim de demonstrar a inexistência de violação grave do dever de lealdade e a inexistência de comunicação prévia ao despedimento:
  - a) Cópias de todos os e-mails enviados e recebidos, entre 1 de janeiro de 2025 e 30 de abril de 2025, a partir da conta corporativa **jmsilva@xyz.pt**;
  - b) Registo de acesso ao sistema de correio eletrónico (logs) relativo ao mesmo período;
  - c) Política interna de utilização de correio eletrónico corporativo, incluindo eventuais comunicações de atualização ou de formação;
  - d) Cópia da carta de comunicação de despedimento enviada ao reclamante, bem como o respetivo comprovativo de entrega;
  - e) Registo de advertências disciplinares, se houver, anteriormente ao despedimento.
3. **Contraproposta do réu** – A empresa requerida manifestou a intenção de produzir apenas a política interna e a carta de despedimento, alegando que os e-mails e os logs constituem dados pessoais sujeitos a proteção de confidencialidade. Contudo, o tribunal entende que a produção parcial não atende ao princípio da verdade material e que a eventual confidencialidade pode ser tutelada por medidas de proteção (redação de dados sensíveis, confidencialidade judicial).
4. **Conclusão** – Em atenção ao princípio da igualdade das partes, ao dever de colaboração e à necessidade de esclarecer a existência ou não de justa causa, determina-se a produção integral dos documentos requeridos, observando as salvaguardas legais relativas à proteção de dados pessoais (RGPD e Lei n.º 58/2019).

### II. Determinação

#### 1. Produção de documentos pela Empresa XYZ, Lda.

Nº	Documento a produzir	Forma de entrega	Prazo
1	Cópias (em formato PDF) de todos os e-mails enviados e recebidos pela conta <b>jmsilva@xyz.pt</b> entre 1-jan-2025 e 30-abr-2025	Entrega em pasta eletrónica protegida por senha, a ser remetida por correio eletrónico certificado ao juízo	<b>10 (dez) dias úteis</b> a contar da notificação

Nº	Documento a produzir	Forma de entrega	Prazo
2	Registo de acesso (logs) ao sistema de correio eletrónico no mesmo período	Em formato CSV, com anonimização dos conteúdos dos e-mails, preservando apenas cabeçalhos e horários	<b>10 (dez) dias úteis</b>
3	Política interna de utilização de correio eletrónico corporativo (versão em vigor durante o período em causa)	Em papel ou PDF, conforme disponibilidade	<b>10 (dez) dias úteis</b>
4	Carta de comunicação de despedimento e comprovativo de entrega (ex.: aviso de receção ou certificado de entrega)	Original ou cópia autenticada	<b>10 (dez) dias úteis</b>
5	Registo de advertências disciplinares, se existentes, anteriores ao despedimento	Em formato PDF, com indicação da data, motivo e assinatura da entidade competente	<b>10 (dez) dias úteis</b>

**Nota:** Os documentos que contenham dados pessoais de terceiros deverão ser submetidos a **redação** prévia, de forma a preservar a confidencialidade dos mesmos, nos termos do artigo 5.º do RGPD. A empresa deverá apresentar, juntamente com os documentos, um relatório de tratamento de dados que justifique a medida adotada.

**2. Produção de documentos pelo Reclamante** O reclamante deverá, no mesmo prazo de **10 (dez) dias úteis**, juntar ao processo:

Nº	Documento a produzir	Forma de entrega
1	Cópias de e-mails pessoais enviados a partir da conta corporativa que justifiquem a natureza não profissional das mensagens contestadas	PDF, com anonimização de dados de terceiros, se necessário
2	Declaração escrita, sob compromisso de honra, acerca do conteúdo dos e-mails produzidos e da inexistência de intenção de prejudicar a empresa	PDF ou papel, assinado digitalmente ou manuscritamente

**3. Sanções por incumprimento** Nos termos do artigo 363.º do Código de Processo Civil, o não cumprimento, total ou parcial, das obrigações de produção de prova dentro do prazo fixado, importará a aplicação de **coima coercitiva de € 300,00 (trezentos euros)** por dia de atraso, bem como a possibilidade de **rejeição da prova** não produzida, nos termos do artigo 378.º.

### III. Disposições finais

- 1. Comunicação** – O presente despacho será notificado a ambas as partes pelos seus mandatários, nos termos do artigo 70.º do Código de Processo Civil.
- 2. Audiência** – Designa-se audiência de instrução e julgamento para o dia **30 de junho de 2026**, às **10h00**, a realizar-se na Sala de Audiências do Tribunal Judicial do Trabalho de Lisboa, sede da Avenida da República, 250, Lisboa. As partes deverão apresentar, até à data da audiência, quaisquer outras provas que considerem relevantes, nos termos do artigo 357.º, n.º 2, CPC.
- 3. Custas** – As custas relativas à produção dos documentos ficarão a cargo da parte que, de forma injustificada, não os apresente no prazo legal.
- 4. Intimação** – Fica a empresa XYZ, Lda., intimada a cumprir integralmente as determinações deste despacho, sob pena das sanções previstas.

---

**Por ser de justiça.**

*Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Santos*

Juíza de Direito do Tribunal Judicial do Trabalho de Lisboa